



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

SELEÇÃO PÚBLICA

Juiz Leigo

Informações Gerais:

- Neste caderno consta um conjunto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões .
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL.

Instruções

- Verifique se sua identificação está correta. Se houver erro, notifique o fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique imediatamente o fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação do seletivo.

Língua Portuguesa

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 A 3.

Carta-Poema

Manuel Bandeira

Excelentíssimo Prefeito Senhor Hildebrando de Góis, Permiti que, rendido o preto A que fazeis jus por quem sois,	Que imundície! Tripas de peixe, Casca de fruta e ovo, papéis... Não é natural que me queixe? Meu prefeito, vinde e vereis!
Um poeta já sexagenário, Que não tem outra aspiração Senão viver de seu salário Na sua limpa solidão,	Quando chove, o chão vira lama: São atoleiros, lodaçais, Que disputam a palma à fama Das velhas maremas letais!
Peça vistoria e visita A este pátio para onde dá O apartamento que ele habita No Castelo há dois anos já.	A um distinto amigo europeu Disse eu: - Não é no Paraguai Que fica o Grande Chaco, este é o Grande Chaco! Senão, olhai! Excelentíssimo Prefeito Hildebrando Araújo de Góis, A quem humilde rendo preto, Por serdes vós, senhor, quem sois!
Indiferentes ao capricho Das posturas municipais, A ele jogam todo o seu lixo Os moradores sem quintais.	Mandai calçar a via pública Que, sendo um vasto lagamar, Faz a vergonha da República Junto à Avenida Beira-Mar!

Disponível em: <http://almanaqueilomoraes.blogspot.com/2014/04/poemas-requerimentos.html>
Acesso em 14/05/2019

- Julgue as alternativas e indique a afirmação **incorreta**:
 - O vocativo utilizado pelo poeta no primeiro verso está empregado de forma inadequada.
 - As palavras salário e imundície são acentuadas pela mesma regra gramatical.
 - Na última estrofe há uma oração subordinada adjetiva explicativa.
 - O uso da segunda pessoa ao longo do poema indica reverência por parte do poeta.
 - O termo "senhor" na nona estrofe é um aposto.
- O pronome **"ele"** surge em dois versos do poema: O apartamento que **ele** habita (3ª estrofe) / A **ele** jogam todo o seu lixo (5ª estrofe). É possível **afirmar** que:
 - Na 3ª estrofe, o pronome se refere ao prefeito Hildebrando.
 - Os dois pronomes possuem o mesmo referencial: poeta.
 - Os dois pronomes possuem o mesmo referencial: pátio.
 - Nas estrofes 3ª e 5ª, o pronome se refere a poeta e pátio, respectivamente.
 - Na 5ª estrofe, o pronome se refere a moradores.
- A **função sintática** de **"moradores sem quintais"**, na 5ª estrofe é:
 - Sujeito determinado simples.
 - Adjunto adnominal.
 - Adjunto adverbial.
 - Aposto.
 - Vocativo.

- Entre uma das duplas de vocábulos das alternativas abaixo houve uma **troca de sentidos**, assinale-a:
 - atuar**: agir, pôr em ação; pressionar/ **autuar**: lavar um auto; processar.
 - avocar**: atribuir-se, chamar/ **Invocar**: pedir (a ajuda de); chamar; proferir.
 - caçar**: perseguir, procurar, apanhar (geralmente animais)/ **cassar**: tornar nulo ou sem efeito, suspender, invalidar.
 - senso**: alistamento, recenseamento, contagem / **censo**: entendimento, juízo, tino.
 - seção**: setor, subdivisão de um todo, repartição, divisão/ **sessão**: espaço de tempo que dura uma reunião, um congresso.
- Na oração "Ele impetrou o **mandado de segurança** às 17 horas", o termo grifado representa **sintaticamente**:
 - complemento nominal;
 - predicativo do objeto;
 - objeto direto;
 - predicativo do sujeito;
 - sujeito.

Redação Oficial

Considere o texto que segue para responder às **questões 6 e 7**.

Ofício nº 005/2017

Brasília/DF, 07 de dezembro de 2017.

A **Vossa Excelência** o Senhor

Senador Hélio José

Senado Federal

Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 19 – Brasília – DF

Assunto: Pede apoio na nomeação de novos Oficiais de Justiça no TJDF

Senhor Senador,

1. Cumprimos **Sua Excelência**, ao tempo em que comunicamos que o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal (SINDOJUS/DF) consiste na entidade sindical representativa de todos os Oficiais de Justiça dos diversos Tribunais e Instâncias do Poder Judiciário da União no Distrito [...], que atribui aos sindicatos "a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas." Segue anexa cópia da certidão sindical emitida pelo Ministério do Trabalho.

2. Côncios do compromisso de **Vossa Excelência** com o acesso à justiça efetiva pela população do Distrito Federal, apresentamos por este expediente um conjunto de fatos que pode comprometer gravemente a concretização dos direitos dos cidadãos. [...].

3. Nos últimos anos, o acesso da população ao Poder Judiciário e, de maneira mais específica, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios aumentou consideravelmente. Consequentemente, com o maior número de processos, elevou-se também de forma substancial a quantidade de mandados expedidos para cumprimento pelos Oficiais de Justiça, sobrecarregando esses servidores. [...]

Respeitosamente,

GERARDO ALVES LIMA FILHO
Presidente do SINDOJUS/DF

<http://www.aojus.org.br/AOJUS/arquivos/oficionomeiatjdf.pdf>

6. A respeito do uso dos pronomes de tratamento, é possível **afirmar** que:
- Há inadequação no emprego de todos os pronomes de tratamento no texto.
 - "Sua Excelência" deveria ser utilizado no endereçamento e não no corpo do texto.
 - O pronome de tratamento está empregado corretamente apenas no endereçamento.
 - Admite-se o uso de ambas as formas de pronomes de tratamento no corpo do texto.
 - O uso do pronome de tratamento "Vossa Excelência" é inadequado para Senadores da República.
7. É possível constatar problemas na estrutura do ofício em várias partes do texto. Qual parte está **de acordo** com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República?
- Identificação do Expediente.
 - Local e Data.
 - Endereçamento.
 - Assunto.
 - Fecho.
8. Conforme dispõe o Manual de Redação da Presidência da República, são partes essenciais em todos os documentos no padrão ofício, **exceto**:
- destaques em negrito e sublinhado.
 - cabeçalho.
 - identificação do expediente.
 - local e data do documento.
 - endereçamento.
9. Considerando que a primeira pessoa mencionada em cada alternativa abaixo é signatário de uma modalidade de correspondência oficial e a segunda o destinatário, indique a alternativa **correta** para saudar o destinatário.
- Desembargador – Juiz de Direito de entrância final: respeitosamente
 - Juiz de Direito – Secretário de Vara: respeitosamente
 - Juiz de Direito – Desembargador: respeitosamente
 - Secretário de Vara – Desembargador: atenciosamente
 - Juiz Leigo – Juiz de Direito: atenciosamente.
10. São características da certidão, quando expedida por órgãos públicos, **exceto**:
- fé pública.
 - forma verbal informativa direta.
 - forma verbal informativa indireta.
 - data do documento.
 - identificação do signatário.

Direito Penal

11. Assinale a **assertiva verdadeira**, em consonância com a jurisprudência dominante das Cortes superiores.
- O STF e STJ entendem que a existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena, todavia admitem como fundamento para elevar a pena base da conduta reprovável.
 - A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal, salvo se essa for devidamente justificada pelo juízo.
 - A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial, salvo se o réu for detentor de mais de uma sentença condenatória irrecorrível, não havendo que se

falar em violação ao *bis in idem*.

- O fato do denunciado por furto qualificado pelo rompimento de obstáculo ter confessado a subtração do bem, apesar de ter negado o arrombamento, tendo a confissão sido utilizada para a formação do convencimento do julgador, contudo, não é circunstância suficiente para a incidência da atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", do Código Penal).
 - A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório, tendo em vista a realização de um juízo absolutório de mérito.
12. Assinale a **assertiva verdadeira**:
- Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo das Execuções, e não ao juízo da condenação, a aplicação de *novatio legis in mellius*.
 - Cominadas, cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é possível a substituição da prisão por multa.
 - Não é admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, se favoráveis as circunstâncias judiciais.
 - A prescrição da ação penal se regula pela pena concretizada na sentença, inobstante haver recurso da acusação.
 - Quando se tratar de crime continuado, a prescrição se regula pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.
13. A respeito da aplicação da Lei penal, assinale a alternativa **correta**:
- Lei posterior a conduta que venha a beneficiar o réu não será aplicada se já houver condenação transitada em julgado.
 - A ultratividade da lei anterior que favorece o agente só ocorrerá se ainda não iniciada a execução da pena.
 - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente, ou em alto-mar.
 - Não se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
 - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Presidente do STF.
14. Considera-se causa **excludente de antijuridicidade**, segundo a doutrina:
- Inimputabilidade.
 - Potencial consciência da ilicitude.
 - Legítima defesa putativa.
 - Consentimento do ofendido.
 - Aborto culposo.
15. No que tange aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa **incorreta**.
- Nos crimes de roubo, é pacífico o entendimento dos tribunais superiores pela aplicabilidade do princípio da insignificância.
 - Entende-se como violência imprópria a que consiste no uso da força bruta, com agressões físicas que podem causar lesão corporal.
 - O furto de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado qualifica o crime.
 - Configura-se o crime de extorsão indireta, segundo o Código Penal, Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.

- E) Tem-se dano qualificado se o crime é cometido contra o patrimônio da União, de estado, do Distrito Federal, de município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos.

Direito Processual Penal

16. Segundo o CPP:

- A) A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa não prevenirá a ação penal.
- B) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- C) A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- D) A conexão e a continência sempre importarão na unidade de processo e julgamento.
- E) Na determinação da competência por conexão ou continência, havendo o concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

17. Segundo o CPP:

- A) O processo terá completada a sua formação quando realizada a intimação do acusado.
- B) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
- C) A intimação da sentença será feita ao réu, por mandado, se estiver preso.
- D) O juiz, ainda que modifique a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- E) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta de ordem.

18. Em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a **assertiva correta:**

- A) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal, posto que a extinção da punibilidade, antes do trânsito em julgado, ocorre pelo máximo da pena prevista ou, pela pena efetivamente aplicada, após sentença condenatória transitada em julgado.
- B) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local da obtenção da vantagem ilícita.
- C) Compete ao juízo do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado processar e julgar o crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.
- D) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, obsta ao prosseguimento da ação penal.
- E) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada pela qualificação do órgão expedidor, e não em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público.

19. Assinale a assertiva **verdadeira, em observância sumular.**

- A) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo e irrestrito aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, em respeito ao exercício do direito de defesa.
- B) O processo por contravenção penal, praticada em detrimento

de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades, é de competência da Justiça Federal Comum.

- C) Compete à Justiça Estadual o processamento e julgamento de contravenções penais, mesmo que conexas com crimes de competência da Justiça Federal de primeira instância.
- D) Compete à Justiça Comum Federal processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento, como, por exemplo, Banco do Brasil S.A.
- E) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino superior.

20. Em sintonia com a jurisprudência das Cortes Superiores, assinale a **assertiva correta:**

- A) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia, face ao comprometimento de sua imparcialidade.
- B) Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único, do Código de Processo Penal, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa, uma vez que, se permitido fosse, tanto haveria supressão de instância, quanto violaria o duplo grau de jurisdição.
- C) Em se tratando de citações e intimações, é correto afirmar que é nula a citação por edital que apenas indica o dispositivo da lei penal, sem transcrever a denúncia ou queixa, ou resumir os fatos em que se baseia.
- D) Segundo a Superior Corte de Justiça, se o agente for denunciado, citado por edital e não comparecer nem constituir advogado para representá-lo, aplica-se o art. 366, do CPP, suspendendo-se o processo e o curso do prazo prescricional. Nesse caso, conforme entendimento sumulado, o período de suspensão do prazo prescricional será calculado de acordo com a prescrição pela pena mínima cominada.
- E) O benefício da suspensão do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

Direito Civil

21. No que concerne ao direito obrigacional brasileiro, assinale a alternativa **correta:**

- A) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, sem o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
- B) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- C) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido, ainda que provado depois que não era credor.
- D) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, desde que mais valiosa.
- E) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

22. Acerca dos contratos em espécie, marque a **alternativa correta:**

- A) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.
- B) Quando se outorgue mandato por instrumento público, é vedado o substabelecimento mediante instrumento particular.
- C) É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- D) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete podem ser ao portador.

- E) Pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto imóvel, para guardar, até que o depositante o reclame.
23. Sobre as **regras de prescrição** dispostas no Código Civil Brasileiro, assinale a **alternativa errada**:
- A) Não corre a prescrição contra ausentes do País em serviço público da União, dos estados ou dos municípios.
- B) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- C) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, interrompe a prescrição.
- D) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- E) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
24. Sobre o inadimplemento das obrigações é **possível afirmar**:
- I. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- II. Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.
- III. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- IV. A propositura da ação de revisão de contrato inibe a caracterização da mora do autor.
- V. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir do evento danoso.
- A) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
25. Em matéria de responsabilidade civil, aponte a **alternativa correta**:
- A) Não se cumulam indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.
- B) São responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores e maiores que estiverem sob sua companhia.
- C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- D) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, dele sendo isentado somente nos casos em que provar culpa da vítima.
- E) São solidariamente responsáveis com os autores do dano seus sucessores em vida.

Processo Civil

26. Conforme a disciplina das normas fundamentais, do direito intertemporal e da função jurisdicional no Código de Processo civil de 2015, marque a **alternativa correta**:
- A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, salvo no curso do processo judicial.
- B) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- C) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- D) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- E) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, excluídas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
27. Acerca das disposições da **intervenção de terceiros** no Código de Processo Civil de 2015, assinale a **alternativa correta**:
- A) O Código de Processo Civil permite denunciação da lide sucessivas, situação que só encontra limites pelo número excessivo de partes.
- B) Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- C) O chamamento ao processo é hipótese de intervenção de terceiros, que pode ser promovida tanto pelo autor quanto pelo réu.
- D) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- E) Da decisão do juiz ou do relator que admite a participação de *amicus curiae*, cabe apelação.
28. Joana ajuizou ação judicial em face de Pedro. Na petição inicial, indicou o desinteresse de comparecer à audiência de conciliação. Todavia, o juiz determinou a realização da audiência e a citação do réu para comparecimento. No dia da audiência, somente o réu compareceu e a autora da ação não justificou a ausência.
- Com base na situação narrada, assinale a **alternativa correta**:
- A) O juiz aplicará multa contra Joana, uma vez que a audiência de conciliação é obrigatória, não havendo hipótese de não realização.
- B) O juiz deixará de aplicar multa contra Joana, uma vez que a audiência de conciliação não é obrigatória.
- C) O juiz aplicará multa contra Joana, uma vez que a audiência de conciliação apenas não se realizaria se o réu tivesse manifestado desinteresse.
- D) O juiz deixará de aplicar multa contra Joana, haja vista ela ter informado seu desinteresse na inicial.
- E) O juiz deverá arquivar o processo, pela ausência da parte autora.
29. Em relação às **provas**:
- A) o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
- B) o juiz distribuirá livremente o ônus da prova, utilizando-se de sua discricionariedade, sem ressalvas legais.
- C) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- D) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.
- E) O juiz não poderá determinar, de ofício, as provas necessárias ao julgamento do mérito, em atenção ao princípio da inércia da jurisdição.
30. O juiz proferirá sentença **sem resolução de mérito** quando:
- A) homologar a transação.
- B) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação.
- C) verificar a impossibilidade jurídica do pedido.
- D) homologar a desistência da ação.
- E) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

Direito Constitucional

31. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos seguintes princípios, **exceto**:
- A) Prevalência dos direitos humanos.
 - B) Autodependência dos povos.
 - C) Não-intervenção.
 - D) Igualdade entre os Estados.
 - E) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
32. No que tange às disposições constitucionais relativas ao Poder judiciário e ao controle de constitucionalidade, assinale a **alternativa correta**.
- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República e os Ministros de Estado.
 - B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
 - C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias.
 - D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
 - E) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
33. A respeito do sistema tributário nacional e das finanças públicas, assinale a alternativa que **condiz** com o ordenamento jurídico.
- A) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - B) Cabe a lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
 - C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
 - D) É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que seja instituição financeira.
 - E) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, bem como orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
34. À luz das disposições constitucionais, é **correto** afirmar que:
- A) Configura afronta à Constituição Federal o provimento de qualquer cargo público sem concurso público.
 - B) Os juizados especiais são competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor

- complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de segundo grau.
- C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos, em única instância, pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
 - D) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, dentre outros princípios, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
 - E) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, preferencialmente através de licitação, a prestação de serviços públicos.
35. Considerando o entendimento sumulado dos tribunais superiores, é **correto** dizer que:
- A) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, inclusive em relação aos dados cuja apuração se encontra em andamento, desde que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
 - B) Cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.
 - C) A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal, não alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
 - D) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
 - E) A homologação da transação penal prevista no artigo 76, da Lei 9.099/1995, não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal, mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

Direito Administrativo

36. Acerca dos atributos e elementos dos atos administrativos assinale a alternativa **incorreta**:
- A) A tipicidade como atributo do ato administrativo diz respeito à conformidade do ato com a lei e em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.
 - B) Não se confundem motivo e motivação do ato. Motivação é a exposição dos motivos, ou seja, a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram. A motivação diz respeito às formalidades do ato, que integram o próprio ato.
 - C) O objeto ou conteúdo é o efeito jurídico imediato que o ato produz.
 - D) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
 - E) A competência decorre sempre da lei, não podendo o próprio órgão estabelecer, por si, as suas atribuições. É inderrogável, seja pela vontade da Administração, seja por acordo com terceiros. Pode ser objeto de delegação ou de avocação, desde que não se trate de competência conferida a determinado órgão ou agente, com exclusividade, pela lei.
37. No que tange às disposições da Lei nº 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, **julgue os itens** subsequentes.
- I - Ocorrendo lesão ao patrimônio público, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

II - O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

III - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

IV - Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelos atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito sujeito a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

V - Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

38. Quanto ao controle administrativo exercido internamente pela administração pública, é **correto afirmar** que:

- A) O autocontrole é um tipo de controle administrativo, e caracteriza-se por ser exercido pela própria autoridade responsável pela edição do ato ou atividade. Ocorre somente mediante provocação, quando, por exemplo, haja a interposição de recurso administrativo.
- B) Outra forma de controle é o finalístico. É o poder conferido ao superior para organizar toda a estrutura da Administração Pública direta e fiscalizar a atuação daqueles que ali se encontram.
- C) Quanto ao controle hierárquico, exercido sobre a administração indireta, este tem como finalidade assegurar a execução dos serviços especializados de modo compatível aos fins e valores que norteiam cada ente personalizado.
- D) Controle judicial é o poder de fiscalização que o Judiciário exerce especificamente sobre a atividade administrativa do Estado. Alcança, basicamente, os atos administrativos do Executivo, mas também examina os atos do Legislativo e do próprio Judiciário, quando realiza atividade administrativa.
- E) O controle financeiro não é considerado uma espécie de controle interno específico dos atos e atividades da Administração Pública.

39. Conforme as disposições contidas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, marque a alternativa verdadeira:

- A) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de vinte e um anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- B) O ato de delegação e sua revogação não necessitam ser publicados em meio oficial.
- C) A edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- D) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, que terá efeito suspensivo.
- E) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

40. No que tange ao tema Responsabilidade Administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- A) A Responsabilidade Administrativa tem origem legal e não contratual. Não decorre de atividade praticada diretamente pelo Estado, mas sim, da constatação de danos causados em razão da prática dessas atividades.
- B) De acordo com a doutrina pátria, dentre as teorias que norteiam a responsabilidade administrativa do Estado, a adotada pelo Brasil, conforme se infere do art. 37, da carta Magna, é a Teoria da Culpa Administrativa.
- C) Segundo a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importam na cassação dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente em casos de dolo.
- E) A única hipótese apta a excluir o nexo causal entre a conduta do Estado e o dano causado à vítima, afastando a responsabilidade civil do Estado, é quando a culpa for exclusivamente da vítima.

Direito do Consumidor

41. Nos termos da Lei 8.078/90, são considerados direitos básicos conferidos ao consumidor:

I - a proteção da vida, da saúde, e da segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

II - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

III - o acesso aos órgãos administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

IV - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

Está **correto** o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

42. Determinado consumidor antecipou as compras de natal e adquiriu os presentes da família em uma promoção, através de uma compra virtual, no mês de agosto/2018. Como se tratava de uma promoção, foi informado que os produtos gozavam apenas de garantia legal. Os produtos vieram embrulhados para presente e foram guardados pelo consumidor até a noite de natal. Ao abrir um dos presentes (aparelho celular) constatou-se que não funcionava. Sobre o caso, responda:

- A) O consumidor tem até 5 anos para responsabilizar o vendedor.
- B) O consumidor tem até 90 dias, a contar da constatação do vício, para reclamar.
- C) O consumidor tem até 30 dias, a contar da constatação do vício, para reclamar.
- D) O consumidor não poderá reclamar perante o fornecedor pelo vício manifestado no produto.
- E) O consumidor pode desistir da compra, por se tratar de compra no ambiente virtual.

43. Assinale a **alternativa correta** acerca da oferta de peças ou

componentes de reposição prevista no CDC:

- A) Cessada a fabricação ou importação do produto, a oferta de peças e componentes de reposição deverá ser mantida por período razoável de tempo.
- B) Os comerciantes devem assegurar a oferta de peças ou componentes de reposição, enquanto não cessada a fabricação do produto.
- C) Cessada a fabricação ou importação do produto, não há obrigatoriedade de manter a oferta de peças e componentes de reposição.
- D) Cessada a fabricação ou importação do produto, a oferta de peças e componentes de reposição deverá ser mantida pelo período de cinco anos.
- E) Cessada a fabricação ou importação do produto, a oferta de peças e componentes de reposição deverá ser disponibilizada sempre que houver solicitação pelo consumidor.

44. Sobre aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos, é correto afirmar:

- A) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.
- B) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, incidindo, inclusive, nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- D) A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- E) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável às instituições financeiras.

45. A respeito da responsabilidade prevista no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.
- B) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- C) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador não será responsabilizado pelo fato do produto quando provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- D) O comerciante não é responsável pelo fato do produto se este for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
- E) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Juizado Especial Cível e Criminal

46. Aplicando-se os precedentes das Turmas Recursais do Piauí, é possível concluir que, nos casos de cobrança de recuperação de consumo por parte da concessionária de energia elétrica, resta **configurado dano moral**:

- A) em toda e qualquer situação.
- B) apenas nos casos de inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito ou suspensão dos serviços.
- C) apenas nos casos de suspensão dos serviços ou imputação de fraude ao credor.
- D) apenas nos casos de inscrição indevida ou imputação de fraude ao consumidor.
- E) em todas as situações em que houver a inscrição indevida em órgão de proteção ao crédito; suspensão dos serviços ou imputação de fraude ao credor.

47. No tocante à transação, segundo os enunciados do FONAJE, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) É cabível o encaminhamento de proposta de transação por carta precatória.
- B) A proposta de transação de pena restritiva de direitos não é cabível quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa.
- C) No caso de transação penal homologada e não cumprida, o decurso do prazo prescricional provoca a declaração de extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- D) É cabível a substituição de uma modalidade de pena restritiva de direitos por outra, aplicada em sede de transação penal, pelo juízo do conhecimento, a requerimento do interessado, ouvido o Ministério Público.
- E) O juiz pode deixar de homologar transação penal em razão de atipicidade, ocorrência de prescrição ou falta de justa causa para a ação penal, equivalendo tal decisão à rejeição da denúncia ou queixa.

48. No que se referem aos Juizados Especiais, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) a competência do Juizado, na esfera criminal, será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- B) o procedimento sumaríssimo pode ser instaurado por denúncia oral oferecida pelo Ministério Público.
- C) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica na decadência desse direito.
- D) a sentença deverá mencionar os elementos de convicção do juiz, dispensado, porém, o relatório.
- E) os embargos de declaração, quando opostos contra sentença, suspenderão o prazo para o recurso.

49. Nos Juizados Especiais Criminais, o acordo civil homologado acarreta:

- A) a prescrição.
- B) a decadência.
- C) a preempção.
- D) a renúncia ao direito de queixa ou de representação.
- E) o perdão do ofendido.

50. De acordo com a Lei 12.153/09, que dispõe sobre os juizados da fazenda pública é **INCORRETO** afirmar:

- A) Têm competência para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, com valor de até 60(sessenta salários mínimos).
- B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- C) A designação dos juizes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.
- D) O Juiz poderá deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- E) As sentenças se submetem ao reexame necessário.